

Parceria universitária com sionistas cancelada no Ceará!

Ação dos estudantes cearenses, em solidariedade ao povo palestino, levou a reitoria da Universidade Federal do Ceará a revogar o edital do 2º Innovation Challenge Brasil-Israel. O edital é voltado para “inovação e desenvolvimento econômico e social inclusivo” no Brasil e Israel. A reitoria da UFC afirmou que revogou a parceria devido ao conflito na Faixa de Gaza.

O projeto era uma iniciativa Ben-Gurion University (BGU), e da UFC, em parceria com a Universidade Estadual do Ceará (UECE), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), a Universidade de Fortaleza (UNIFOR), a Ruppin Academic Center (Ruppin), a Peres Academic Center (Peres) e a Sapir Academic College (Sapir) de Israel.

Um exemplo

O cancelamento deste edital é um exemplo para todo o Brasil. Uma vitória da luta pela solidariedade ao povo palestino. É necessário uma ampla mobilização para ruptura de relações com o Estado sionista de Israel em todos os níveis. Diversas universidades brasileiras mantêm programas de colaboração com o Estado sionista. Em

março de 2023 uma feira de universidades de Israel que seria realizada na Unicamp foi suspensa por pressão dos estudantes e professores.

Não podemos aceitar a manutenção das relações com um regime de apartheid (segregação) do governo israelense e sua guerra genocida contra a faixa de Gaza e a Cisjordânia.

Alexandre Linares



Jovem preso por recusar servir no Exército Israelense

O jovem israelense Tal Mitnick, 18, se recusou a prestar o serviço militar obrigatório em Israel devido à guerra contra o povo Palestino na ocupação da faixa de Gaza. A justiça decretou prisão de 30 dias ao jovem.

Em carta aberta divulgada nas redes sociais, ele declarou: “Eu me recuso a

acreditar que mais violência trará segurança, eu me recuso a participar de uma guerra de vingança. Cresci em um lar onde a vida é sagrada, onde a discussão é valorizada e onde o discurso e a compreensão sempre vêm antes da adoção de medidas violentas. No mundo cheio de interesses corruptos em que vivemos, a

violência e a guerra são outra forma de aumentar o apoio ao governo e silenciar as críticas (...) Devemos reconhecer o fato de que, após semanas de operação terrestre em Gaza, no fim das contas, negociações, um acordo, trouxeram de volta os reféns. Na verdade, foi a ação militar que causou a morte deles. Por causa da

mentira criminoso de que ‘não há civis inocentes em Gaza’, até mesmo os reféns que agitavam uma bandeira branca e gritavam em hebraico foram mortos a tiros. Não quero nem imaginar quantos casos semelhantes houve que não foram investigados porque as vítimas nasceram no lado errado da cerca”.

PL que revoga o Novo Ensino Médio sob ataque

O Projeto de Lei 5.230/2023, enviado pelo governo Lula ao Congresso - que revoga os elementos centrais do Novo Ensino Médio de Temer e Bolsonaro, como a contratação de professores por “notório saber” e a oferta de parte da carga horária em EaD, além de ampliar, de 1800 para 2400, as horas das disciplinas científicas básicas para a formação escolar - parece não ter caído bem entre os abutres do centrão. Só isso explica que o imperador Lira tenha colocado Mendonça, ex-ministro da educação de Temer e autor do Novo Ensino Médio, como relator do PL que pretende

revogar a sua obra.

Não podemos ficar surpresos. Lira, Mendonça e sua laia são os fiéis representantes do que há de mais apodrecido nas instituições políticas nacionais; o relatório, encomendado pelos maiores empresários do setor privado, desvirtuou avanços do PL (retomou a contratação por notório saber e modificou a carga horária das disciplinas obrigatórias para 2100, por exemplo) e Lira queria colocar esse projeto deformado para votar ainda em 2023, chegando a aprovar a sua urgência - com cinco votos de deputados do PT!

A lição que fica é que, apesar de

frases bonitas dos deputados pela “parceria entre os poderes” “em defesa da democracia”, quando esses setores precisam escolher entre atender as reivindicações populares (para as quais o governo Lula foi eleito) ou os interesses mesquinhos do empresariado que os financiou, não há harmonia ou união. O caminho para revogar a reforma do ensino médio passa pela luta dos estudantes, em estreita aliança com os trabalhadores.

Após movimentações da CNTE e da UBES, a discussão ficou para 2024 - o que nos permite dar um novo fôlego nas mobilizações pela revogação do

Novo Ensino Médio. É preciso que as entidades levem a sério a luta pela aprovação do PL do governo, sem as deformações de Mendonça, e aprofundem o combate pelo ensino público, gratuito e de qualidade. O ano recomeça e, por culpa do NEM, centenas de milhares de jovens vão novamente encontrar em suas grades de horário matérias alienígenas como “De olho na rede digital”, “Vamos jogar” e “O que rola por aí” no lugar de História, Química, Geografia e Biologia. É preciso engajar professores e alunos para pôr fim à essa catástrofe.

Gabriel Lacerda

Vem aí a Formação de Verão 2024 da JR do PT!

A Juventude Revolução do PT inicia o ano preparando a sua formação de verão! Em todo o Brasil, os núcleos da JR convidam amplamente os jovens para discutir sobre “O imperialismo e a guerra”. Em várias cidades pelo país, os núcleos se mobilizam chamando todos aqueles que querem lutar para conhecer a Juventude Revolução, discutir política e se organizar.

Em nome da de uma falsa “autodefesa”, os ataques militares de Israel já

causaram mais de 30 mil mortos na Palestina. A maior parte das vítimas são crianças e jovens, que tiveram a vida interrompida pela guerra imperialista conduzida por Israel e apoiada pelos governos subservientes de todo o mundo. A Juventude Revolução é uma organização revolucionária de jovens e, portanto, que se indigna com a guerra, expressão da barbárie capitalista, que nega um futuro à juventude. Lutaremos ao lado daqueles que repudiam a

guerra, assim como o jovem israelense Tal Mitnick, de 18 anos, preso por se recusar a se alistar no serviço militar obrigatório de Israel. “Não em nosso nome. Essas pessoas vão morrer em nome da nossa segurança!”

São dezenas de guerras e conflitos militares em curso pelo mundo, guerras imperialistas que jogam a juventude para morrer nas linhas de frente e movimentam um mercado de trilhões de dólares todos os anos. Israel

promove extermínio e exporta militarismo. As armas testadas em combate na Palestina ganham selo de qualidade e são vendidas para matar jovens em operações policiais no Brasil também. Com a ajuda do livro de Lênin, “Imperialismo, fase superior do capitalismo”, compreenderemos esse, que é o nosso principal inimigo e cuja sobrevivência nos dedicaremos a combater!

Kris Silvano

O combate à desigualdade

Neste início de 2024 veio a público um relatório global sobre as desigualdades da ONG Oxfam. Segundo ele, a renda dos cinco homens mais ricos do mundo aumentou 114% desde 2020 e as 148 maiores empresas do planeta lucraram 1,8 trilhão de dólares, 52% a mais do que a média dos últimos três anos, enquanto milhões de pessoas tiveram cortes nos salários e outras tantas vivem na miséria.

No Brasil, a pessoa mais rica possui, sozinha, uma fortuna equivalente a toda a renda da metade mais pobre da população (107 milhões de pessoas). A parcela 1% mais rica tem 60% dos ativos financeiros do país. De acordo com a FGV, a renda das 15 mil pessoas mais ricas do Brasil cresceu três vezes mais que o resto da população desde 2020 e para os 154 mil mais ricos (0,1%), o ganho médio mensal passou de R\$236 mil para 441 mil (!).

Essas cifras da desigualdade no mundo não são “obra de Deus” ou um fenômeno da natureza. Elas são o resultado do sistema capitalista mundial, com seu cortejo de guerras, como na Ucrânia e o genocídio do povo palestino, destruição de empregos, direitos sociais e da própria natureza, provocadas pela sede do lucro.

Na vizinha Argentina, Milei editou um “pacote” para destruir qualquer proteção social dos que vivem de salário e dos mais pobres, para maximizar os lucros privados. Contra tal selvageria uma greve geral se prepara para 24 de janeiro. Já no Equador, depois de anos de desmanche do

Estado e dos serviços públicos, máfias de bandidos infiltrados nas instituições promovem o caos (veja página 12). Essa é a cara do sistema em países que, como o Brasil, sofrem a dominação imperialista.

Claro está que em um ano de governo Lula não se poderia reverter toda a destruição de direitos e da nação deixada pelos governos anteriores, nem acabar com a desigualdade que continua uma

veto a desoneração para 17 setores foi derrubado pelo Congresso (veja na página 7): “Na visão do governo, o tema da desoneração está errado, e é preciso correção de rumos”. Sim, uma correção de rumos é necessária, pois os empresários deixam de pagar o devido ao INSS (20% sobre a folha), sem criar empregos e nem respeitar direitos. Uma “mamata” que só privilegia o “andar de cima”. Mas, já se especula que Haddad negocia com Pacheco e Lira, chefes de um Congresso a serviço do grande capital, medidas mais brandas de reoneração.

Sim, seria preciso “corrigir rumos”, para sustentar inclusive os programas sociais e a valorização do salário mínimo, e começar a reverter a obscena desigualdade social do Brasil. Mas, não será com a lógica do “toma lá, dá cá” com o “centrão” que será possível avançar.

Um ano depois da posse de Lula e da intentona golpista de 8 de janeiro, cujos “peixes grandes” continuam impunes, seguem a tutela militar e o ativismo do Judiciário sob o disfarce de uma “democracia inabalada”.

Somente a luta do povo pode “corrigir rumos”. No ano que se inicia, preparemos as mobilizações que passarão pelo 8 de março, das mulheres trabalhadoras, pelos atos sobre os 60 anos do golpe militar de 1º de abril de 1964, pelas manifestações de 1º de Maio e a preparação da Marcha a Brasília, decidida no congresso da CUT, pela revogação da reforma trabalhista e em defesa dos direitos.

É PRECISO UMA CORREÇÃO DE RUMOS

chaga aberta em nosso país. Mas, até agora, não há sinais de revogação das “reformas” de Temer e Bolsonaro que nos roubaram direitos, de reversão do desmanche dos serviços públicos e das privatizações nocivas à soberania nacional.

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou, sobre a MP editada pelo governo que limita a um salário-mínimo por trabalhador a desoneração fiscal de empresas, depois que o

▲ 94%

CAMPANHA FINANCEIRA NA RETA FINAL

Falta pouco para chegar lá! Com 94% da arrecadação realizada a campanha financeira de O Trabalho já contou com a contribuição de milhares de trabalhadores que adquiriram o calendário 2024 com o tema “Lênin: 100 anos da sua morte e a atualidade do seu legado”, efeméride que será completada neste 21 de janeiro de 2024. O calendário homenageia sua vida e celebra seu legado. Cada mês conta com uma imagem de página inteira e um pequeno texto descrevendo as importantes contribuições de Lênin ao movimento operário e ao bolchevismo. A campanha se encerrará no final de janeiro e se você ainda não fez a sua contribuição, procure um dos militantes de O Trabalho e adquira o seu calendário. A contribuição dos trabalhadores é fundamental, afinal, consideramos que só a independência financeira permite a independência política. Contribua!

Memória

DESBOLSONARIZAÇÃO URGENTE, "SEM ANISTIA!"

"Sob o lema adotado de “União e Reconstrução”, na posse, Lula leu a sua fala no Parlatório. “Olhar para a frente e esquecer nossas diferenças”, disse, e também “reagir a quaisquer ataques de extremistas que queiram destruir a nossa democracia”. Mas, mais razão teve a massa presente que irrompeu aos gritos de “sem anistia! sem anistia!”, uma consigna que “viralizou” depois. Foi uma intervenção de massa premonitória, inscrita na história profunda que ela vive. Traz um amadurecimento, um aprendizado independente da experiência vivida. Não estamos em 2003, Lula precisará das massas face aos obstáculos, como nunca antes.”

O Trabalho nº 912 - 23/01/2023



RECEBA
O TRABALHO NO
ZAP

- 1 Salve nosso número
- 2 Nos mande um “Oi”
- 3 Pronto! Você receberá notícias de O Trabalho no seu celular.

(32) 9 9930-9117

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Paulo Henrique

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

PT SP decide refiliar Marta, sem ouvir base

Ex-prefeita será vice de Guilherme Boulos, do PSOL, em nome do PT



↳ Boulos e Marta se encontram para selar aliança

A Comissão Executiva do Diretório Municipal do PT de São Paulo aprovou a refiliação de Marta Suplicy ao partido por ampla maioria, para que ela seja a vice de Boulos (Psol) nas próximas eleições. Na reunião, o deputado estadual Eduardo Suplicy, que chegou a se colocar como candidato e defendeu prévias para indicar a candidata a vice, recuou e acabou por aceitar a filiação de Marta.

Barbara Corrales, membro da Executiva, leu na íntegra o texto questionando a filiação (veja trechos abaixo). O seu voto foi o único contrário à filiação de Marta. Houve uma abstenção, do tesoureiro do DM, companheiro Tagá, que

em sua fala protestou sobre a subserviência do PT a Lula. O companheiro Osvaldo Schiavinato, responsável do setorial de Direitos Humanos do PT, interveio no debate: "Qual Marta refiliaremos? A dos CEU's e dos corredores de ônibus ou aquela que chamou o PT de corrupto, atacou Haddad como pior prefeito da história e se aliou ao bolsonarista Nunes?".

Resultado: 12 votos a favor da filiação, 1 voto contra e 1 abstenção. Sequer se cogitou convocar o pleno do Diretório Municipal para debater o tema. Tudo às pressas e de costas para os militantes. Quem saiu golpeada foi a democracia interna do partido.



SOBRE O RETORNO DE MARTA AO PT

Em meio a notícias e articulações de dirigentes do partido para indicar Marta Suplicy como vice de Guilherme Boulos, na chapa para as eleições da Capital, algumas considerações são cabíveis: (...) Marta Suplicy abandonou o PT em 2015, quando nossos dirigentes, instâncias e militantes eram atacados de forma orquestrada pela classe dominante, sob a acusação de corrupção, (...) fez coro com todos os ataques e apostou no fim do partido, no fim de Lula, no fim das conquistas que, até então, a classe, com todas as dificuldades, havia alcançado, (...) rompeu com o partido e usou ilegitimamente o mandato, que era do PT, para destruí-lo. Assim, a senadora, de forma objetiva, fez parte de toda a operação de retirada de conquistas do povo brasileiro, que começou com o golpe de 2016. Marta votou a favor da PEC do Teto de Gastos, maior golpe desferido contra a população brasileira, que limitou durante anos os orçamentos de saúde, educação e todos os serviços públicos. Marta votou a favor da Reforma Trabalhista, instrumento que desregulamentou leis e garantias, conquistas de 70 anos da classe trabalhadora. (...) Ou seja, Marta Suplicy se alinhou com o que de pior havia no Congresso Nacional, alimentou toda a operação do maior ataque aos direitos do povo brasileiro em décadas. E, como morango em cima do bolo, votou no golpe contra Dilma, o que é de conhecimento de todos. (...) Marta ajudou a legitimar o golpe, deixando os petistas perplexos e atacando frontalmente as companheiras do partido que, nesse momento dramático, faziam a linha de frente na defesa de Dilma.

(...) Não somos adeptos do "pecado mortal". Todo mundo pode errar e reconhecer seus erros. Mas a refiliação de Marta Suplicy sem qualquer balanço de seu comportamento pregresso é um elemento de desmoralização não dela, mas do partido.

Nesse quadro, perguntamos: não cabe ao Partido discutir esse "retorno"? (...) não teria que discutir aberta e publicamente como pretende rever suas posições e erros?

Barbara Corrales - membro da Executiva Municipal do PT, **Carlito Pires** - membro do Diretório Municipal do PT e **Henrique Ollitta** - membro do Diretório Estadual do PT de SP.

PT Salvador mete o pé pelas mãos e apoia candidato do MDB para prefeitura

Executiva do partido decide recuar da candidatura própria

A Executiva do PT de Salvador, ao Arrepio da militância e sem convocar o Diretório, se rendeu à indicação do governador Jerônimo (PT) e decidiu apoiar seu vice Geraldo Júnior (MDB) como pré-candidato a prefeito. O "presente" de natal foi indigesto e causou indignação da militância que defendia a candidatura petista. Publicamos abaixo a nota da professora Marize Carvalho, secretária de Articulação de Zonais da Executiva do PT Salvador, sobre esse embate em curso.

"Como é de conhecimento, o Diretório Municipal do PT Salvador decidiu ter candidatura própria no dia 6 de julho e indicou o deputado Robinson Almeida (já retirou). Essa decisão foi resultado da força da militância que fez uma luta aguerrida durante os últimos meses pela candidatura do PT à prefeitura. Foram 19 encontros zonais e uma enfática plenária municipal em Salvador com centenas de pessoas pela candidatura do PT. Porém, no dia 8 de janeiro, durante a tarde, a Executiva

se reuniu com o pré-candidato a prefeito Geraldo Júnior (MDB), indicado pelo governador Jerônimo. Sei que é legítima a posição do governador, porém não concordo com a decisão tomada pelos dirigentes petistas presentes na reunião do dia 8, pois, com essa atitude, os mesmos atropelam as instâncias ao se reunirem com o pré-candidato Geraldo Júnior, ainda mais este que tem o carimbo na gestão ACM Neto/Bruno Reis (União Brasil).

A Executiva não tem mandato do Diretório para apoiar outro pré-candidato. Essa foi a posição que defendi na reunião da executiva municipal que antecedeu à reunião sem mandato com o pré-candidato Geraldo Júnior. Reafirmo: o espaço é o Diretório e, se há divergência, como é o caso, vote-se! Qualquer que seja a posição do partido deve ser decidida na reunião do Diretório do PT Salvador e esperamos que seja convocada com a devida urgência nos próximos dias. Vale frisar que não há contradição, em ter dois



↳ Geraldo Júnior (MDB) e ACM Neto (União Brasil). Geraldo coordenou em 2020 a campanha do atual prefeito Bruno Reis (UB).

pré-candidatos apoiados pelo governo em Salvador, como em outras cidades que serão assim.

Continuo com a posição de parte expressiva da nossa militância que defende o 13 nas urnas. O povo quer direitos: emprego, moradia, creches,

saúde, segurança, valorização dos servidores, tarifa zero através de uma empresa pública de transporte, saneamento básico, fim do genocídio do povo negro, mais e melhores serviços públicos que garantam dignidade ao povo trabalhador!"



LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SABESP CONTINUA

Apesar da autorização do legislativo, discussão prosseguirá nos municípios

Em 6 de dezembro passado, em uma sessão tumultuada, marcada pela repressão violenta da polícia, com uso de gás lacrimogêneo e resultando em vários feridos, a Assembleia Legislativa de SP (Alesp) aprovou com 62 votos a autorização para que o Governo do Estado desestatize a companhia de água e saneamento (Sabesp). O Projeto de Lei aprovado autoriza o Executivo a transferir o controle operacional à iniciativa privada. Atualmente, o Estado detém 50,3% do capital. Frente a truculência, apoiada em um verdadeiro aparato repressivo instalado dentro do parlamento e com uma votação marcada pela falta de democracia, com compra e venda escancarada de votos dos deputados, a oposição, corretamente, retirou-se do plenário e se recusou a participar da lamentável farsa.

Mas a situação está longe de estar resolvida

Para além da resistência que, apesar de problemas, expressou-se na mobilização contra a privatização, ficou claro que é grande o número de prefeitos e vereadores dos mais variados partidos que não estão confortáveis com a situação. E, na questão de água e saneamento, como prevê a Constituição Federal, os contratos originários são com os municípios. Há, em vários deles, inclusive, leis que preveem a ruptura, em caso de privatização. Portanto, a discussão terá de ser feita nas Câmaras Municipais das cidades que têm contratos com a Sabesp.

É o caso da capital paulista, responsável por quase metade do lucro da empresa e que, por essa razão, deverá concentrar parte fundamental do



combate nos próximos meses. É crucial que a candidatura de Guilherme Boulos (PSOL), apoiada pelo PT, coloque, juntamente com o engajamento do nosso partido, essa luta no centro. Há também outras regiões com contratos municipais proporcionalmente importantes, como Guarulhos, o conjunto das cidades do ABC e da Baixada Santista. Por isso, o Diálogo e Ação Petista seguirá, como fez em 2023, firme na batalha de ajudar a impulsionar e criar comitês contra a privatização da Sabesp pelo estado.

Ainda é preciso ampliar a frente e colocar a Sabesp no centro

Como dissemos, houve resistência importante, mas não sem problemas. Na opinião desse jornal, que tocou no

tema várias vezes, dois foram os principais deles. Um foi a frente de sindicatos ligados a empresas que sofrem ameaça de privatização - metrô e trens, além da Sabesp - ter colocado todas em um pacote "contra as privatizações" em geral. Todas, claro, são importantes para o povo, mas era, e agora mais, a Sabesp que estava com a corda no pescoço, a primeira da lista, a que chega em muito mais trabalhadores e lares e a mais valiosa para o governador Tarcísio de Freitas e para o mercado. E, como também já dissemos, impedir a entrega da "joia da coroa" de Tarcísio não ajudaria a defender as outras, a dar um "chega pra lá" nos entreguistas?

O outro, que em parte deriva do primeiro, foi a dificuldade de ampliação:

a mobilização ficou muito concentrada nos sindicatos que citamos (que são muito importantes para a luta!) e faltou envolver, de fato, desde partidos, parlamentares, prefeitos, associações de bairro, a juventude e até indivíduos, pois aqui se trata da necessidade de ampla frente. O que não isenta o PT, dado seu lugar político e enraizamento no estado, de ser um protagonista, o que ainda não foi.

2024 é um ano eleitoral, que exige que o assunto Sabesp entre com força na campanha, tudo que o governador e o "mercado" não querem. Portanto há terreno para prosseguir a luta e barrar a privatização!

Tiago Maciel

MORADORES DE BAIRROS ATINGIDOS PROTESTAM CONTRA A BRASKEM EM MACEIÓ

Os moradores dos bairros atingidos pela Braskem realizaram, no dia 29 de dezembro, na praia de Sete Coqueiros, mais um protesto contra o descaso do poder público e a impunidade da Braskem. A manifestação foi organizada pelo MUVB (Movimento Unificado das Vítimas da Braskem), que contou com o apoio da CUT e movimentos sociais.

Centenas de manifestantes, que se concentraram na Sete Coqueiros, partiram em caminhada em direção ao Marco dos Corais, na Ponta Verde. Houve tentativa da SMTT e da Guarda Municipal de Maceió de bloquear o deslocamento dos manifestantes, mas a caminhada puxada por um trio elétrico prosseguiu.

Com palavras de ordem e discursos inflamados, os participantes denunciaram o descaso das autoridades com os

atingidos pelo crime ambiental da Braskem, principalmente os moradores dos Flexais, região isolada e que ainda não ocorreu processo de realocação.

Os moradores atingidos cobram o fim da impunidade da Braskem e do acordo com a Prefeitura de Maceió, que foi mantido em sigilo dos moradores. Eles também denunciam a participação do Ministério Público Federal, Estadual e da Defensoria, que assinaram acordo com a empresa em nome dos moradores sem autorização deles. Esses acordos têm permitido que os responsáveis pela maior tragédia ambiental urbana (destruição de bairros inteiros, áreas verdes e costa lagunar) do mundo continuem impunes.

Luiz Gomes



Manifestantes no dia 29 de dezembro em Maceió

A única coisa inabalada é a tutela militar

Com a cumplicidade das Instituições, militares seguem intactos há décadas

A virada do ano trouxe a incontornável memória da intentona golpista de 8 de Janeiro. O governo Lula organizou com o STF e o Congresso um congraçamento institucional, "Democracia Inabalada", uma nova tentativa de "união nacional" que nunca saiu. 13 governadores estavam ausentes, além do presidente da Câmara, Arthur Lira.

As frentes "Brasil Popular" e "Povo Sem Medo" convocaram atos para "unir o Brasil em Defesa da Democracia" e dar uma cara de povo a essa política. Mas os atos foram fracos, com quase nenhuma participação popular e mesmo da militância. Afinal, de que democracia estamos falando em defender?

Lula lembrou com razão em seu discurso no dia 8 que a "fome é inimiga da democracia. Não haverá democracia plena enquanto persistirem as desigualdades".

Mas há inimigo mais eficaz da desigualdade nesse país que o Congresso Nacional?

O congresso que perpetua a mamata da desoneração empresarial, que se recusa a votar a taxa dos ricos, que destrói direitos trabalhistas e previdenciários e que representa de maneira indiscutivelmente fiel os interesses da classe dominante?

Só mesmo o Poder Judiciário procura igualar o Congresso nesse papel, com sua casta de juízes com salários astronômicos que estraçalham o Piso da Enfermagem, defendem a reforma trabalhista e liberam a terceirização irrestrita.

Militares intactos desde 1964

O fato é que um ano depois da tentativa de golpe nenhum peixe grande



↳ Ato oficial realizado no dia 8 de janeiro de 2024 em Brasília

foi punido, nenhum general estrelado da ativa ou grande empresário sequer foi chamado pelo Judiciário para depor. Também durante o ato "democracia inabalada" Lula afirmou que "todos aqueles que financiaram, planejaram e executaram tentativa de golpe devem ser exemplarmente punidos. Não há perdão para quem atenta contra a democracia, contra seu país e contra seu próprio povo. O perdão soaria como impunidade. E a impunidade, como salvo conduto(...)"

Lula sabe do que fala. Afinal, é a impunidade dos militares desde o golpe de 1964 – e que completará 60 longos anos neste 1º de abril de 2024 – que deu a eles o salvo conduto para apoiar a candidatura de Bolsonaro, ajudar a colocar Lula na cadeia e participar, como participaram, do dia 8 de janeiro de 2023.

No entanto, o General Arruda, aquele que acobertou os invasores do planalto no acampamento, como é de conhecimento público, nunca foi sequer convidado a depor pelo Judiciário e muito menos indiciado a nada. E o General Dutra, na época Comandante Militar do Planalto e parceiro de Arruda na empreitada, não só não foi indiciado, como foi promovido a vice chefe do Estado Maior! E isso para ficar em dois exemplos, de muitos possíveis. A tutela militar, expressa no artigo 142, está intacta! Lula inclusive voltou a lançar mão – equivocadamente – do recurso à GLO, que ele sabiamente recusou naquele 8 de janeiro.

Esta tutela dos militares procura preservar seus próprios privilégios, é verdade. Mas eles formam também uma espécie de guarda pretoriana da classe dominante, que corre em seu auxílio

sempre que necessário, da maneira que for possível. Tanques nas ruas em 1964. Um Tuíte ameaçando o STF em 2018.

Por isso que é difícil acreditar que as instituições brasileiras, especialmente o Congresso e o STF, que também estão a serviço da classe dominante, vão elas mesmas punir os militares de alta patente e os grandes empresários envolvidos na tentativa de golpe de 8 de janeiro.

Se não o fizerem, no entanto, o povo que ecoou "sem anistia" em 1º de janeiro de 2023 e que a cada dia ganha mais consciência do papel dos militares e das instituições, o fará, mais cedo ou mais tarde, mesmo que para isso precise refundar a república por meio de uma Assembleia Constituinte Soberana. Punição a todos os golpistas!

Juca Gonçalves

Reflexões sobre o dia 8 de janeiro



Cada coisa na sua hora

"Nós não titubeávamos em defender novamente o governo Lula se fosse ameaçado, como durante a campanha eleitoral e no dia 8 em que foi atacado. O faríamos com o povo e suas organizações na rua, em primeiro lugar. E, se necessário, o faríamos junto com os mesmos poltrões do STF que deixaram o inominável concorrer, quando já deveria ser inelegível, ou os condestáveis da Câmara e do Senado que engavetaram dezenas de pedidos de impeachment, oportunistas que deixaram rolar pra ver no que ia dar a eleição, ou porque tinham rabo-presos ou porque tem mais medo do povo do que dos golpistas sabidos. Como eram os comandantes das três armas que tiraram notas públicas, defenderam os acampamentos fascistas nos quartéis de norte a sul por semanas etc. Sem uma renca de generais e gordos financiadores isso não ocorreria assim.

Certo, mas (...) o que hoje está sob ataque são direitos e reformas populares

ameaçadas – para simplificar – pelo calabouço fiscal, carregado com a reforma tributária pedida pelos empresários, escoltados pelas tropas de Lira na Câmara dos Deputados."

Markus Sokol, da Executiva Nacional do PT, em artigo publicado no site de O Trabalho em 6/1/24



O Mito da Democracia inabalada

"O novo mito que ganha impulso com a efeméride de um ano do ataque às instituições republicanas de 8 de janeiro de 2023 é que a democracia brasileira venceu e está "inabalada" (...)

O 8 de janeiro não foi o capítulo final da crise política nem a regeneração da democracia brasileira. A tentativa de golpe, inclusive, é consequência da dissolução do regime político. Enquanto não houver mudanças na estrutura de poder, que resgatem o sentido profundo da soberania popular, de que todo o poder emana do povo, nossa frágil

democracia estará em risco.

É muito perigoso idealizar essa democracia em crise porque a frustração da população e a falta de uma alternativa ao colapso do sistema político e das instituições, forjados pela Constituição de 1988, podem levar o país a mais uma ofensiva da extrema-direita, muito mais violenta que o 8 de janeiro."

Igor Felipe Santos, jornalista e militante do MST, em artigo publicado no Opera Mundi em 08/01/24



GLO dos Portos e Aeroportos

"Com isso (essa GLO), volta a se dar uma força muito grande a essa falsa doutrina da tutela militar sobre a República. Sobre a ideia de que sem os militares a República não consegue se manter.

Essa é uma questão fundamental da República. E com isso, o governo Lula comete o principal erro dele em toda a gestão da crise, que é revigorar o artigo 142 através da questão da criminalidade

urbana."

Francisco Teixeira, professor da UFRJ e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, em entrevista à Agência Pública, em 07/01/24



Enquanto houver racismo, não haverá democracia

"Uma democracia inabalada? Sim, é preciso gritar aos quatro cantos que a democracia é muito importante. Mas no Brasil, ainda mora no campo do desejo, do sonho, um lugar que ainda queremos chegar, atingir, consolidar. E para que exista, será assim, ou não será!

O movimento negro é a experiência de luta e representação fundamental daqueles que sempre reivindicaram direitos humanos para os que tiveram historicamente sua humanidade negada, quiçá, democracia garantida.

Nossa luta pela vida continua!"
Douglas Belchior, dirigente da Unea-fro, em publicação no Instagram no dia 08/01/24

Centrão afronta Lula para manter desonerações a grandes empresários

Empresários querem continuar onerando os cofres públicos para turbinar seus lucros

No final do ano passado, o presidente Lula vetou um projeto do Congresso que prorroga (por novos 4 anos) a desoneração da folha salarial a 17 grandes setores da economia. Ao invés de pagar à Previdência dos trabalhadores o obrigatório 20% do salário, o projeto mantém a permissão a empresários pagarem apenas de 1,5% a 4%. Tal mamata acarretaria numa perda de arrecadação de quase R\$ 20 bilhões apenas em 2024 (equivalente a quase 10% do orçamento da Saúde).

O Congresso decidiu logo em seguida derrubar o veto presidencial, o que forçou Lula a publicar nos últimos dias do ano uma Medida Provisória (MP) visando um acordo com o Centrão, de maneira a buscar um meio termo: A MP faria tais 17 setores pagar alíquota de 10% sobre a remuneração dos funcionários até um salário mínimo e de 20% sobre os demais. A outros 25 setores, a contribuição patronal seria de 15% sobre o piso e de 20% sobre os demais. As bancadas empresariais e reacionárias congressistas rejeitaram a concessão presidencial e acusaram a MP de ser “uma afronta ao Congresso”. Lula decidiu evitar

seguir o confronto com o Centrão – o que poderia levar a questão ao STF – e pediu a Haddad para articular um acordo com os presidentes do Senado e da Câmara, Pacheco e Lira.

Implantada no governo Dilma (2012), a desoneração da folha derivava não só de pressão política do grande empresariado (que viria apoiar o golpe alguns anos depois), mas também de ilusões do governo de que os setores patronais gerariam mais empregos se pagassem menos contribuição previdenciária e impostos. A experiência mostrou que o grosso do empresariado beneficiado usou a gigantesca lucratividade com tal isenção de tributos sobretudo para especular financeiramente ao invés de elevar a produção. Estudos mostram que os setores desonerados foram justamente os que mais destruíram postos de trabalho nos últimos dez anos: quase um milhão de empregos. E os cofres públicos (e os programas sociais) perderam cerca de R\$ 150 bilhões.

O acordo entre Haddad e o Congresso passaria pela edição de uma nova MP trocando a reoneração imediata, por outra gradual (ainda não



Haddad e Pacheco se encontram para negociar MP

está claro se a partir de 2024 ou 2025). Ademais, o executivo apresentaria um projeto para manter a revogação do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e o limite

da compensação de créditos para pagamento de impostos, o que permitiria compensar em parte a queda da arrecadação.

Alberto Handfas

Yanomamis ainda sob ataque

“Enquanto os Yanomamis estiverem em risco, o povo brasileiro estará em risco”, diz Silvio Almeida

Há um ano, o governo recém empossado de Lula visitava a Terra Indígena Yanomami, em Roraima. Ao constatar os altos índices de desnutrição, doenças oportunistas da fome – como pneumonia e malária – e morte de crianças, o governo decretou estado de emergência de saúde pública. Apesar da dificuldade em encontrar números precisos do período, já se sabe que pelo menos 692 crianças yanomamis morreram de 2019 a 2022. Passado um ano dessa iniciativa, no entanto, como estão os indígenas yanomamis?

A verdade é que a situação da região melhorou muito pouco. Os hospitais de Boa Vista, capital do estado, seguem superlotados com crianças desnutridas e doentes, ainda que, segundo os

profissionais da saúde que trabalham no local, de forma menos grave. A morte de crianças yanomami permanece em números inaceitáveis. Das 308 mortes de yanomamis registrados em 2023, pelo menos metade eram crianças de até 4 anos de idade. 29 pessoas perderam a vida por desnutrição.

A crise causada aos yanomamis tem raiz no garimpo ilegal. Ao ocupar terra indígena, os garimpeiros desmatam, poluem rios, espantam caça e espalham doenças, além de atacar diretamente os povos indígenas nas disputas de território e envolvê-los no confronto armado com as forças de segurança. As iniciativas do governo federal – insuficientes, mas existentes – de combater o garimpo ilegal vão

na contramão do governo estadual de Roraima, cujo governador bolsonarista trabalha incansavelmente para facilitar a vida daqueles que chama de “empreendedores da mineração”, aprovando projetos de lei que dificultam o trabalho dos órgãos fiscalizadores. E esbarram numa espécie de morosidade complacente – para dizer o mínimo – das Forças Armadas, que atuam de maneira muito tímida, inclusive em territórios onde há bases militares. Em fevereiro passado, o Ministro da Defesa, José Múcio, chegou a dizer que havia uma preocupação de não “prejudicar inocentes” e que há garimpeiros que “trabalham pelo seu sustento”.

Perante a esse cenário calamitoso,

os ministros do Meio Ambiente, dos Direitos Humanos e dos Povos Originários, que voltaram a visitar o estado na semana passada, anunciaram uma série de medidas que busca intensificar o combate ao garimpo e a promoção de saúde yanomami. Lula anunciou investimento de 1,2 bi, e os ministros prometem presença das forças armadas para distribuição de cestas básicas e da Polícia Federal na região, ampliação dos postos de saúde em território indígena e promoção da autonomia alimentar dos locais. São medidas importantes, que podem ter impacto positivo na vida dos yanomamis se forem corretamente implementadas.

Paula Ferreira

Lula decide reabrir fábrica de fertilizantes no Paraná

O governo Lula anunciou que vai reabrir a fábrica de Fertilizantes da Petrobrás no Paraná, fechada em 2020 pelo governo Bolsonaro.

A fábrica era responsável

pela produção de 30% da ureia e amônia consumidas no Brasil e de 65% do Agente Redutor Líquido Automotivo (ARLA 32), aditivo para veículos de grande porte que atua na redução de

emissões atmosféricas. De acordo com a presidente do PT e deputada federal, Gleisi Hoffman no twitter, “4 anos atrás o desgoverno Bolsonaro havia fechado a Fafen-PR. Importante fábrica

de fertilizantes localizada em Araucária que empregava centenas de funcionários e tinha um papel fundamental para a produção agrícola do Paraná. Pouco tempo depois, com a

guerra entre Rússia e Ucrânia, o preço dos insumos que produzíamos internamente ficaram cada vez mais caros”. A previsão é que a fábrica volte a funcionar no segundo semestre deste ano.

Servidores federais se somam à marcha a Brasília

Congresso da Condsef decide aderir ao chamado da CUT

Os 545 delegados do XIV Congresso da Confederação Nacional dos Servidores Públicos Federais (Brasília, 14 a 17 de dezembro) aprovaram a participação na marcha da classe trabalhadora a Brasília, no primeiro semestre de 2024, chamada pela CUT.

A marcha vai cobrar do governo Lula a revogação das reformas trabalhista e

previdenciária, da terceirização, unificando as lutas comuns dos trabalhadores dos setores público e privado.

A resolução da Condsef orienta assembleias por local de trabalho para debater a conjuntura política, esclarecer os prejuízos da reforma da previdência, da trabalhista e das terceirizações e impulsionar junto às pautas gerais, as



↳ Congresso da Condsef durante plenária de abertura dos trabalhos

principais demandas do setor:

- (i) recomposição das perdas salariais;
- (ii) diretrizes gerais para a organização das carreiras, com a correção das distorções salariais;
- (iii) pela redução das desigualdades, com medidas como a adoção de cotas sociais

para ingresso no serviço público e valorização dos cargos de nível médio e fundamental;

- (iv) regulamentação da negociação coletiva e direito de greve;
- (v) não à PEC 32, por mais e melhores serviços públicos.

Edison Cardoni

Prefeito quer descumprir piso da educação

Em Estância Velha (RS), a administração quer ainda pagar educadores com Bolsa Auxílio



↳ Professores protestam em Estância Velha

No final de 2023 o prefeito Diego Francisco (PSDB) protocolou na Câmara um projeto de desfiguração do plano de carreira dos professores em nome da “manutenção do pagamento dos salários em dia”. O projeto reduz a

jornada de trabalho de 40h semanais para 34h e de 20h semanais para 17h e desvincula a progressão da carreira do piso nacional criando um “valor de referência”. A redução da jornada serve para a prefeitura tentar justificar

o não pagamento do valor integral do piso para 40h que, em 2024, é de R\$ 4.580,57.

O ataque ao plano de carreira foi acompanhado por outro projeto grave. Antecipando a falta de professores provocada pela proposta de redução da jornada a prefeitura quer criar vagas de “residência pedagógica”. Na prática, serão professores formados que receberão uma bolsa-auxílio de R\$ 1.800,00, por carga horária de 30 horas semanais e com contratos de até dois anos, uma clara substituição de mão-de-obra.

Para aprovar os projetos a prefeitura tentou calar o SIMEV – sindicato que representa os servidores da cidade –, cassando as liberações sindicais e cortando o repasse de mensalidades logo após a assembleia da categoria rechaçar

a proposta de mudança de plano de carreira. No Judiciário, o sindicato recuperou o repasse e ainda busca a derrubada do decreto antissindical do prefeito.

Em dezembro os professores pararam 90% das escolas numa mobilização de 24h e receberam um grande apoio da comunidade. Logo no início de janeiro, realizaram uma assembleia que lotou o salão da Câmara de Vereadores e aprovou a pressão sobre os parlamentares. A assembleia decidiu por panfletagens em fábricas, no comércio e em bairros da cidade exigindo do prefeito a retirada do projeto e dos vereadores, e se o projeto não for retirado, o voto não. A CUT e sindicatos da região estão apoiando as iniciativas.

Marcelo Carlini

Jornalistas recuperam direito perdido após reforma trabalhista

O Sindicato dos Jornalistas de São Paulo conseguiu uma importante vitória em sua campanha salarial, encerrada com a assinatura da nova Convenção Coletiva em 20 de dezembro de 2023. A cláusula estabelecendo o quinquênio – ou seja, um reajuste de 3% no salário do jornalista a cada cinco anos na empresa –, que havia sido retirada da Convenção (CCT), por imposição patronal, na primeira campanha após a reforma trabalhista (CCT 2017-2018), voltou a fazer parte dela. Foi uma batalha dura, e a reivindicação estava em todas as pautas salariais desde então.

No geral, a campanha salarial foi muito positiva. A negociação começou antes da data-base (1º de dezembro), e a inflação anual pelo INPC fechou em 3,85%. A

categoria arrancou um acordo com reajuste de 4% em todos os salários; 4,5% nos pisos do interior do Estado; reajuste dos vales-refeição bem acima da inflação (18% na capital e 20% no interior); a volta da contribuição negocial para os não-sindicalizados (havia caído em 2018, como retaliação patronal à resistência após a reforma trabalhista); e uma antecipação de um mês na próxima data-base, afastando-a do final do ano.

Alguns elementos contaram para isso. Em primeiro lugar, o Sindicato conseguiu, desde a pandemia, organizar a categoria em maciças assembleias em meio digital, que chegam a centenas de participantes, e deram base a uma paralisação de algumas horas na campanha salarial de jornais e revistas da

capital paulista há pouco mais de um ano.

Essas atividades são combinadas com a presença física da diretoria do Sindicato nas redações. Na campanha salarial anterior de rádio e TV (que se estendeu para o início de 2023), houve algumas saídas coletivas dos jornalistas das empresas para a calçada como forma de protesto. Tudo isso deixou as empresas com certo temor.

Um segundo elemento, muito importante, é que os radialistas de São Paulo conseguiram assinar em outubro de 2023 sua primeira Convenção Coletiva desde a reforma trabalhista (estavam sem CCT desde 1º de maio de 2018), e nela estava mantida a cláusula do quinquênio (semelhante à dos jornalistas). Os radialistas pagaram um alto

preço econômico por ficarem mais de cinco anos sem CCT, com perdas salariais expressivas. Acabaram também não conseguindo manter cláusulas que os jornalistas perderam (como gratificação para quem se aposenta) e outras importantes, como a limitação para banco de horas (sob o peso da desregulamentação da reforma trabalhista).

A pressão na base dos radialistas, porém, obteve acordos por empresa que mantiveram o quinquênio, e resultaram numa divisão patronal: a posição da Globo, que se opõe ferrenhamente ao quinquênio, ficou minoritária à das demais empresas, que preferiram engolir essa e fechar a Convenção.

Esse ponto de apoio transformou a volta do quinquênio

em questão de honra na campanha salarial dos jornalistas, pois as duas categorias estão juntas nas empresas de rádio e TV (radialistas são categoria preponderante).

Ao final, com a conquista, duas conclusões saltam à vista: a) a necessidade de ir já aos locais de trabalho para realizar uma sindicalização em massa, mostrando o resultado efetivo da construção e da ação sindicais; b) batalhar por ações comuns com o Sindicato dos Radialistas (mesmo sendo de outra central sindical) em cada empresa, com base nos problemas concretos, pois a força unitária dos trabalhadores frente aos patrões é decisiva, como mostrou a (re) conquista do quinquênio.

Paulo Zocchi

Declaração final do 10º Congresso Mundial da Quarta Internacional

O Xº Congresso Mundial da Quarta Internacional realizou-se entre os dias 5 e 7 de dezembro de 2023, em Barcelona. Estiveram presentes delegados da Índia, dos Estados Unidos, América Latina e do Caribe, do Oriente Médio, da África e da Europa, contando com a participação de militantes convidados de diferentes origens políticas.

MOÇÃO DE EMERGÊNCIA

Aos militantes que, em escala internacional, procuram as vias e os meios de resistência às políticas destrutivas do imperialismo, logo após a abertura do primeiro dia do Xº Congresso Mundial da Quarta Internacional, delegados e convidados aprovaram, em conjunto, a seguinte moção de emergência:

“Uma guerra genocida e uma limpeza étnica estão em curso em Gaza e na Cisjordânia. Quem é o responsável?

O Xº Congresso da Quarta Internacional condena o Estado de Israel como responsável.

O Xº Congresso da Quarta Internacional condena o governo de Joe Biden que – em nome do imperialismo estadunidense – financia, arma e apoia diplomaticamente os crimes do Estado de apartheid de Israel. O Congresso condena os cúmplices europeus do imperialismo.

O Xº Congresso da Quarta Internacional denuncia a responsabilidade dos governos árabes que, embora armem ser “irmãos” do povo palestino e estar ao seu lado, na realidade caucionam ou apoiam o genocídio cometido pelo Estado de Israel.

O Xº Congresso da Quarta Internacional expressa a sua indignação com a atitude dos líderes das principais organizações operárias e populares que, embora façam declarações, na realidade não fazem nada para salvar o povo palestino ameaçado de extermínio.

O Xº Congresso da Quarta Internacional, em solidariedade incondicional com o povo palestino, dirige-se aos trabalhadores e aos povos de todo o mundo.

- Fim dos bombardeios!

- Fim incondicional do bloqueio de Gaza!

Adotado por unanimidade pelo Congresso”

Durante estes três dias de congresso ouvimos militantes da Ásia, África, Europa, EUA, Oriente Médio, América Latina e Caribe, que colocaram no centro das suas intervenções a luta contra a barbárie e as formas de resistir. Os três dias que se passaram desde a aprovação da nossa moção, infelizmente confirmam o que escrevemos: Gaza e a Cisjordânia estão submetidas a uma guerra

O Xº Congresso Mundial da Quarta Internacional realizou-se entre os dias 5 e 7 de dezembro de 2023, em Barcelona. Estiveram presentes delegados da Índia, dos Estados Unidos, América Latina e do Caribe, do Oriente Médio, da África e da Europa, contando com a participação de militantes convidados de diferentes origens políticas. genocida e toda a humanidade está em perigo.

Os acontecimentos na Palestina são uma expressão daquilo que produz a manutenção do sistema capitalista, à escala mundial: a barbárie e a guerra. Este sistema ameaça toda a humanidade. Ameaça o meio-ambiente com o desflorestamento, a poluição do ar e das águas (como com a clorofluorocarbono), uma sucessão de catástrofes... Desde a eclosão da guerra na Ucrânia, a crise econômica e a inflação são violentas, alimentadas pela especulação e a pilhagem dos trustes que concorrem ferozmente em escala mundial. A indústria de armamentos acumula lucros enormes todos os dias, enquanto os orçamentos militares crescem exponencialmente. Este aumento dos orçamentos militares conduz a drásticos cortes nos orçamentos sociais, como a Saúde, a Educação e as Aposentadorias. Os lucros nunca foram tão elevados, enquanto os trabalhadores e os povos sofrem um empobrecimento generalizado. A miséria e a precarização do emprego continuam a aumentar mundialmente. O imperialismo e a sua política de pilhagem enviam milhões de pessoas para o exílio, fugindo das guerras, da insegurança e da fome. Ao mesmo tempo, as “contra-reformas” – que destroem o que foi conquistado ao longo de décadas de luta de classes



“

Os acontecimentos na Palestina são uma expressão daquilo que produz a manutenção do sistema capitalista, à escala mundial: a barbárie e a guerra. Este sistema ameaça toda a humanidade.

– atingem brutalmente as classes trabalhadoras e as populações.

O imperialismo e os governos que lhe são subservientes são responsáveis pela situação na Palestina e na Ucrânia. O imperialismo norte-americano tem procurado, constantemente, cercar a Rússia para pô-la de joelhos, e, depois, atacar a China e questionar a sua posição econômica no mercado mundial.

A manutenção do sistema capitalista conduz a cada vez mais pilhagens (na África, em particular), a guerras e ao enfraquecimento da soberania nacional, como mostra o exemplo dos países da América Latina, sujeitos a uma exploração selvagem com o apoio de governos subservientes ao imperialismo.

Para arrastar todas as forças políticas e sociais existentes a acompanhar esta política destrutiva, os governos tentam – por todos os meios – realizar a “unidade nacional”. Nenhuma voz, independente de aceitar a submissão, escapa à repressão, à denúncia e à calúnia. Constatamos que a maioria dos dirigentes das grandes organizações que dizem representar a classe operária, olham para outro lado na maioria dos casos, e apoiam assim esta política, não sem contradições e elementos de resistência no seio dessas organizações, porque em vários países há organizações sindicais ou políticas que tentam preservar a independência de classe, numa linha de ruptura com o imperialismo.

Em escala mundial, dezenas de milhões de trabalhadores e de povos de todos os continentes, levantam-se contra o esmagamento do povo palestino. Estas manifestações massivas que acontecem sem qualquer chamado das principais organizações dos trabalhadores, põem em questão os governos dos respectivos países, acentuando as contradições que neles existem. De fato, a linha divisória sobre o massacre da Palestina está, estreita e diretamente, ligada à luta em defesa das suas conquistas e garantias, produto de décadas de luta de classes, que estão sendo postos em

questão por esses governos. Ela está intimamente ligada à luta dos povos pela sua soberania nacional, como se pode ver na África subsariana nas mobilizações contra a antiga potência colonizadora (a França).

Lançamos um grito de alarme: a humanidade inteira está ameaçada.

O Xº Congresso Mundial da Quarta Internacional, aberto a militantes de diversas origens políticas, decidiu dirigir-se aos milhares e milhares de pessoas que, por toda a parte e em todos os continentes, procuram resistir à barbárie capitalista, como o indica o apelo de dirigentes políticos e sindicais de 20 países africanos. Esses milhares aspiram a organizar-se em escala internacional, contra o capital que gera a barbárie. Propomos que nos juntemos urgentemente, para além das fronteiras e das nossas diferentes origens políticas, para formar um polo de resistência em escala mundial, numa linha de ruptura com o imperialismo.

Adotado por unanimidade, 07 de Dezembro de 2023

**APOIE
NOSSA
LUTA!**

**ASSINE
O TRABALHO**



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e faça sua assinatura

[f](https://www.facebook.com/jornalotrabalho) [@](https://www.instagram.com/jornalotrabalho) /jornalotrabalho

<http://otrabalho.org.br>

Orçamento militar dos EUA bate recorde

Montante aprovado não é o total destinado aos gastos militares, que devem aumentar

O Congresso dos EUA adotou um orçamento militar colossal de 886 bilhões de dólares para 2024. Este orçamento recorde, um aumento de 3,3% em relação a 2023, fornece bilhões de dólares para as forças destacadas na região do indo-pacífico, ou seja, dirigidas contra a China, bem como um aumento de 5% no número de militares americanos. É, portanto, uma continuação dos orçamentos anteriores.

O orçamento militar foi aprovado por maioria esmagadora na câmara, com 310 votos a 118. Mas é notável que as vozes que se opõem a este orçamento provêm tanto das fileiras republicanas como democratas: a maioria dos republicanos apoiou o orçamento do governo Biden, e uma minoria significativa de democratas (somente 45 em 208) opõe-se a ele, realçando a divisão que atravessa os dois partidos americanos. No entanto, este orçamento conta apenas parte da história: embora possa já estabelecer recordes para o período recente, é apenas muito parcial, uma vez que inclui apenas 300 milhões de dólares em ajuda militar ao regime de Kiev e uma porção muito limitada de ajuda ao regime de Israel. O plano do governo é aprovar uma lei de financiamento que prevê um montante adicional de 106 bilhões para os exércitos ucraniano e israelita. Somando-os aos valores já votados, as somas previstas pelo governo Biden para defender militarmente os interesses do imperialismo norte-americano são vertiginosas. O Pentágono prepara

uma verdadeira escalada militar.

Um orçamento muito parcial

Os republicanos são muito favoráveis ao armamento de Israel, mas muito mais reservados em relação ao armamento da Ucrânia. Consideram o problema colocado pela Rússia menos estratégico do que a situação no Médio Oriente ou a concorrência com a China, e não estão muito confiantes de que a Ucrânia vencerá esta guerra. Portanto, recusam-se a votar a favor do plano Biden. Biden, por sua vez, procura vincular o apoio aos exércitos israelita e ucraniano, numa tentativa de forçar os republicanos a votarem a favor do armamento da Ucrânia.

Mas, essencialmente, os republicanos não discordam da política externa da administração Biden. Assim, quando este último usou o argumento da emergência duas vezes num mês para contornar o Congresso, num verdadeiro golpe institucional que é bastante incomum nos Estados Unidos, e financiar o exército israelita, os republicanos não protestaram. Foi das fileiras democratas que os protestos foram ouvidos. Assim, Chris Van Hollen, um senador democrata centrista que embora apoie a guerra liderada por Israel, a considere demasiado assassina, foi quem protestou contra estas manobras. A próxima eleição presidencial terá lugar dentro de um ano, e todas as engrenagens da vida política americana estão travadas: é o que expressa este golpe consentido pelo governo Biden contra a maioria republicana na Câmara.

As divergências sobre a questão da Ucrânia são reais, mas secundárias em relação ao apoio a Israel, que é vital para os Estados Unidos. E se nenhuma das partes puder desistir da primeira questão à custa da perda de credibilidade, não podem permitir que isso tenha repercussões na política dos EUA para o Oriente Médio. No entanto, as pesquisas indicam que a maioria dos

americanos desaprova as políticas de guerra de Biden. E esta oposição, em particular no seio do eleitorado habitual do Partido Democrata, está tomando forma cada vez mais organizada, em manifestações, reuniões, nas posições adotadas pelos sindicatos e associações, contra o massacre em curso em Gaza.

Devan Sohier



O IMPERIALISMO SOBRE A CORDA BAMBÁ

Os Estados Unidos, confrontados com a relutância dos republicanos, ainda não votaram o pacote de ajuda financeira e militar à Ucrânia para o ano de 2024. Mas a administração Biden já indicou que este montante será inferior ao de 2023.

Além disso, as autoridades militares ucranianas, bem como os soldados entrevistados no front, indicam falta de munições e mísseis. Os países da União Europeia que fornecem armas estão neste momento, produzindo munições e mísseis para renovar o estoque de seus próprios exércitos, que os utilizaram no ano passado para a Ucrânia. O mesmo acontece com os Estados Unidos, com o fato adicional de que parte das munições e mísseis são entregues ao Estado de Israel. Como explicou um general francês reformado que fez parte do comando militar da OTAN, “os americanos estão calibrando a entrega de armas à Ucrânia”. E em resposta ao jornalista que lhe perguntou o porquê, ele respondeu: “Eles não querem a queda de Putin, que levaria ao caos.” Embora o conflito corra o risco de inflamar o Oriente Médio com consequências globais, uma queda do regime de Putin poderia abrir uma situação ao estilo iugoslavo, causando uma explosão na Rússia e guerras civis. O imperialismo americano, o mais poderoso, está na corda bamba. Especialmente porque as eleições primárias para as eleições presidenciais americanas começarão dentro de algumas semanas e Trump é anunciado como favorito nas sondagens. Entretanto, enquanto a situação na frente está estagnada, os russos e os ucranianos bombardeiam a todo o custo, atingindo as populações civis ucranianas em Kharkiv e Kiev e as populações civis em Belgorod.

Tanto na Rússia como na Ucrânia, as esposas e mães dos soldados exigem o regresso dos seus maridos ou filhos.

Lucien Gauthier



↳ A campanha "Parlamentares pelo cessar-fogo" é uma iniciativa das Parlamentares Sevim Dagdelen, Alemanha e Ilhan Omar, EUA

Centenas de Parlamentares apelam pelo cessar-fogo

Em resposta às deputadas Ilhan Omar, dos Estados Unidos, e Sevim Dagdelen, da Alemanha, um grupo de parlamentares de diversos países assinam um “Apelo Global de Parlamentares pelo Cessar-Fogo.”

Até o fechamento desta edição, eram 507 signatários que pediam um “cessar-fogo imediato e multilateral em Israel e na Palestina, a libertação de todos os reféns israelenses restantes e a facilitação da entrada de ajuda humanitária em Gaza.” Eles também instam seus governos e a comunidade internacional para que “busquem responsabilização por graves violações dos direitos humanos”. Entre os 507, há 13 deputados estadunidenses (entre eles, Rashida Tlaib, americana de origem palestina, Alexandra Ocasio-Cortez e Jamal Bowman), 82 franceses e 64 turcos, para citar algumas nacionalidades.

Do Brasil, são 19 deputados, entre eles Rogério Corrêa, Nilto Tatto, Dandara Tonantzin, Tadeu Verner, Betão (todos do PT), além de Chico Alencar, Guilherme Boulos, Luiza Erundina, Érika Hilton, Fernanda Melchionna, Tarcísio Motta, Talíria Petrone e Ivan Valente (todos do PSOL).

Do Reino Unido, alguns dos 40 deputados signatários estiverem presentes na grande manifestação realizada no dia 13 de janeiro (veja na página 11) e fizeram discursos, como Jeremy Corbyn e Aspana Begum.

A lista completa está em parliamentariansforceasefire.org/



30 MIL AGRICULTORES SE MANIFESTAM NA ALEMANHA

30 mil agricultores com cinco mil tratores reuniram-se na segunda-feira, 15 de janeiro, em Berlim, acompanhados por artesãos, caminhoneiros, além de outros setores, para bloquear a capital alemã. Comícios e manifestações já bloquearam as estradas desde o início do ano. O governo Scholz propõe agora distribuir os cortes. Mas os agricultores recusam. Recusaram-se a ouvir o Ministro das Finanças, Lindner, que foi fortemente vaiado, e que queria falar na frente deles. Eles pedem “tudo!” “Tudo”, ou seja: a retirada total da eliminação dos subsídios ao Diesel agrícola e dos impostos sobre os tratores. Embora os orçamentos militares sejam exponenciais, os agricultores exigem que o dinheiro seja gasto na educação, na saúde, na produção de alimentos e não na guerra.

Mais de 100 dias de barbárie em Gaza

Os povos se levantam contra o genocídio e a guerra imperialista

Em pelo menos 45 países dos seis continentes, milhões de pessoas saíram às ruas no dia 13 de janeiro, sábado, para exigir o fim dos bombardeios em Gaza e no Iémen. Era o 100º dia de bombardeios e bloqueio na Faixa de Gaza.

Houve protesto contra o genocídio palestino em curso inclusive na cidade de Tel Aviv, em Israel, ao som da palavra-de-ordem “do rio ao mar”. Os manifestantes foram duramente reprimidos pela polícia.

Os Estados cúmplices do genocídio foram acusados pelas manifestações em seus próprios países, com a exigência de suspensão do envio de armas e equipamentos militares a Israel. Manifestantes também exigiram de seus governos, em vários lugares do mundo, que apoiem a denúncia da África do Sul ao Tribunal Internacional de Justiça, ou que rompam as relações diplomáticas com o Estado de Israel.

No dia seguinte aos ataques de Estados Unidos e Reino Unido contra o Iémen, em 12 de janeiro, e o bombardeio de sua capital Saná, a escalada bélica do imperialismo foi denunciada nos protestos.

Muitas manifestações dentro e fora dos Estados Unidos levantaram a exigência de que o país deixe de enviar armas para ajudar Israel em sua política



↳ Manifestação em Washington no dia 13 de janeiro

de extermínio do povo palestino. Em Washington, 350.000 pessoas se reuniram até tarde da noite na avenida entre Casa Branca e a Casa dos Representantes (similar à Câmara Federal). Eles repetiam: “Joe genocida, o sangue está em suas mãos”, em referência ao presidente Joe Biden.

Na Cidade do Cabo, África do Sul, houve protesto contra o apartheid imposto por Israel e em apoio à denúncia no Tribunal Internacional, cujas audiências em Haia começaram no dia anterior. Em Amã, na Jordânia, e em Jacarta, na Indonésia, manifestantes se reuniram em frente às embaixadas dos

Estados Unidos. Houve atos na Austrália, Irlanda, Alemanha, Itália, Áustria, Escócia, Coreia do Sul, Holanda, Japão, Malásia, México, Noruega, Marrocos.

No Brasil, a principal manifestação foi em São Paulo, onde os companheiros do Diálogo e Ação Petista participaram com cartazes, faixas e adesivos pedindo o cessar-fogo imediato o fim dos bloqueios em Gaza, e o fim do genocídio. Novamente, a ausência do PT de forma organizada e a baixa presença do movimento sindical se fez sentir.

Meio milhão em Londres

Na capital do Reino Unido, 500 mil

manifestantes (montante confirmado pela polícia metropolitana) exigiram um cessar-fogo imediato. De ônibus e trem, manifestantes vieram de toda a Inglaterra, País de Gales e Escócia. Uma multidão compacta estendeu-se por vários quilômetros, cobertos de bandeiras palestinas, cartazes por “Palestina Livre”, “Cessar-fogo já!” ou aqueles nos quais denunciavam Israel, os Estados Unidos e o Reino Unido. Em particular, os manifestantes visavam Rishi Sunak, o primeiro-ministro britânico, e Keir Starmer, secretário-geral do Partido Trabalhista, alinhado no apoio a Israel.

A multidão com delegações e milhares e milhares de famílias cantavam: “Do rio ao mar, a Palestina será livre”.

A manifestação se encerrou com discursos de representantes palestinos, de associações de solidariedade, sindicalistas e três membros do Parlamento Britânico.

Jeremy Corbyn, por exemplo, parlamentar do Partido Trabalhista e signatário do apelo internacional de parlamentares pelo cessar-fogo (ver ao lado), declarou: “o que queremos, a nível internacional, é justiça para os palestinos. E viver num mundo pacífico, não dominado pelos fornecedores de armas, estrategistas militares. Hoje, somos um movimento de milhões em todo o mundo.”

Projeto de aniquilação em curso sob julgamento

Empresários brasileiros reclamam de posição de Lula: “não achamos que é genocídio”



↳ Militante exige fim do genocídio durante manifestação em São Paulo

Quando o massacre completou 100 dias, em 13 de janeiro, nove de cada 10 habitantes de Gaza não comia a 24 horas. Um em cada 10 palestinos havia sido morto, ferido ou estava desaparecido. Pelo menos 10.400 crianças haviam sido assassinadas em Gaza, e outras 90 na Cisjordânia ocupada. Mais de mil crianças sofreram amputações, muitas sem anestesia, e não há estimativa de quantas ficaram órfãs.

Nos dias seguintes ao centésimo, tropas israelenses cercam e preparam a invasão do último hospital em pleno funcionamento em Gaza, o Complexo Médico de Gaza. Nem os mortos

palestinos são deixados em paz: as Forças de Defesa israelenses admitiram à CNN que estão atuando em cemitérios e violando os túmulos de pessoas ali enterradas. Imagens mostram os túmulos revirados e muitas placas de identificação quebradas.

Denúncia em Haia

No dia 11 de janeiro (98º de massacre), o Tribunal Internacional de Justiça, corte superior da ONU com sede em Haia, na Holanda, dava início às audiências da acusação de genocídio apresentada pela África do Sul contra o Estado de Israel.

O processo é longo, mas os 17 juízes terão de se pronunciar sobre o requerimento por decisão provisória de que Israel suspenda as operações militares para parar de “colocar habitantes de Gaza em condições de vida precárias que pode levar à sua aniquilação física”.

A Corte, no entanto, não dispõe de meios para fazer cumprir as medidas provisórias que

possa, possivelmente, promulgar.

O Brasil está entre os países que apoiam o processo apresentado pelo país africano, ao lado da Bolívia, Turquia, Malásia, Jordânia e a Organização para a Cooperação Islâmica (que tem 57 países membros, incluindo Arábia Saudita, Irã e Marrocos).

Em resposta, um grupo de empresários e “personalidades” brasileiras organizaram um abaixo-assinado no qual manifestam “descontentamento” com a decisão do governo Lula. Entre os que tratam a fome e bombardeios impostos a uma população de 2,2 milhões de pessoas que está encurralada e não tem para onde fugir como uma “realidade complexa”, estão a feminista Luiza Trajano, da Magazine Luiza, o CEO da Natura (defensora do meio ambiente e sustentabilidade), a microbiologista Natalia Pasternak (que ficou famosa na pandemia), o presidente do Google Brasil, Ellen Gracie, ex-ministra do STF,

e Claudio Lottenberg, presidente da Confederação Israelita do Brasil, além de executivos do Boticário e da rede Petz, da Suzano.

Genocídio é o extermínio deliberado, parcial ou total, de uma comunidade, grupo étnico, racial ou religioso. E é precisamente isso que está em curso pelas ações de Israel, de todas as formas, dos bombardeios, aos ataques em hospitais, em escolas de refugiados, escritórios da ONU, à imposição de sede, fome, falta de tratamento médico e medicamentos, tortura coletiva, deslocamento forçado de seus lares, negativa em garantir um corredor humanitário pelo qual os civis pudessem fugir, apagamento da história e cultura com a destruição de monumentos e universidades, violação de templos sagrados e de túmulos.

Por isso, o governo Lula está correto em apoiar a denúncia à Haia. Mas este passo acertado pede outros. Se Israel é um estado genocida, são urgentes medidas de ruptura. O governo Lula precisa suspender os acordos militares, como anunciou o seu ministro de Relações Exteriores, Mauro Vieira, e não implementar o acordo de segurança pública que passou na Câmara no final do ano. Precisar suspender acordos comerciais e acadêmicos e chamar de volta o seu embaixador, numa escalada para, por fim, romper as relações diplomáticas.

A crise de segurança no Equador é social e política

Planos do FMI e ingerência dos EUA na raiz da explosão de violência

O que já era cotidiano no Haiti chegou ao Equador: gangues extorquem desde empresas até pessoas do povo mediante ameaças e sequestros, guerreando entre si e disputando o controle territorial.

Em 7 de janeiro, o cabeça de uma das maiores quadrilhas do Equador, preso desde 2011, foge tranquilamente. Máfias rivais, sabedoras da cumplicidade de setores do aparelho de estado, sentem-se ameaçadas. Explode a violência.

O governo Noboa decreta, por 60 dias, estado de exceção (dia 8) depois conflito armado interno (dia 9) com toque de recolher, suspensão dos direitos de reunião e circulação, de inviolabilidade de domicílio e poderes de polícia ao Exército.

As raízes da crise

Desde 2017, a desestabilização e corrupção do aparelho estatal do Equador avançaram com a perseguição judicial (lawfare), teleguiada pelo Departamento de Estado dos EUA, lançada contra o ex-Presidente Rafael Correa (2007-2017) similar ao ocorrido no Brasil contra Lula e o PT.

Os governos Lenin Moreno e

Guillermo Lasso, sucessores de Correa, obedecem às ordens do FMI: privatizam, retiram direitos dos trabalhadores, precarizam empregos, desmontam programas sociais. Assim, agravam a miséria, abrindo terreno para o crime organizado recrutar a juventude. A revolta indígena de 2019 se deu contra essas medidas pró-capital financeiro.

Num país em que o dólar é a moeda oficial desde 2000 - situação com a qual Correa conviveu - eles também afrouxaram os controles sobre os fluxos de capitais, facilitando a lavagem do dinheiro da droga.

Narcotráfico, aparelho estatal e ingerência dos EUA

Nesse mesmo período aumentou exponencialmente a presença militar e ajuda financeira dos EUA, supostamente contra o narcotráfico, mas o crime organizado penetrou ainda mais no aparelho de Estado. O próprio Lasso foi acusado por cumplicidade com os narcos e, para evitar seu impeachment, convocou eleições antecipadas.

Seu Ministro da Agricultura, Bernardo Manzano, eliminou controles aduaneiros na exportação da banana.



Polícia cercam TV Estatal após invasão por traficantes

Não demorou para se descobrir que documentação falsa foi utilizada para embarcar droga como se fosse banana.

Detalhe: Manzano foi, durante anos, e até 2022, funcionário da Corporação Noboa, maior exportadora de bananas, da família mais rica do Equador, da qual é herdeiro... o bilionário presidente Daniel Noboa.

Medidas contra o povo, não contra as drogas

Noboa assumiu em novembro de 2023 e logo aprovou no Congresso lei que autoriza a privatização do setor elétrico e cria taxa adicional no licenciamento de veículos para "financiar a transição energética".

Em 11 de janeiro, propôs aumentar o imposto sobre o consumo (IVA) de 12% para 15% a pretexto de financiar a segurança pública militarizada.

Segundo a imprensa, a reunião do

Conselho de Estado de 7 de janeiro, que aprovou o Estado de Exceção, foi assistida pelo embaixador dos EUA.

Noboa tem encontro marcado com a chefe do Comando Militar Sul dos EUA, general Laura Richardson, figura frequente no Equador.

O imperialismo não combate o tráfico, ao contrário, para ele, as drogas são instrumento de decomposição da juventude - e de lucros especulativos - enquanto suas consequências sociais devastadoras e a instabilidade política são utilizadas para aumentar a riqueza de suas multinacionais e a opressão sobre os povos.

As medidas extremas de Noboa não têm a capacidade de desarticular o tráfico, mas atingem em cheio as liberdades democráticas e a renda da classe trabalhadora.

Edison Cardoni

A preparação da greve geral de 24 de janeiro na Argentina

Um primeiro choque entre Milei e as organizações sindicais e populares

Em menos de um mês de governo de Javier Milei, que adotou uma "terapia de choque" a serviço do capital financeiro com seu Decreto Nacional de Urgência (DNU) e em seguida com a "lei ônibus" (ver em otrabalho.org.br), já se anuncia um confronto de envergadura nacional no próximo dia 24 de janeiro.

A partir da iniciativa da central sindical CGT, imediatamente acompanhada pelas duas CIAs, foi convocada e está sendo preparada em todo o país uma greve geral a partir do meio dia do dia 24, com concentração principal diante do Congresso argentino em Buenos Aires. A paralisação vai ocorrer em todas as províncias do país e já conta com o apoio militante de inúmeros movimentos populares e de forças políticas que vão da Frente de Esquerda dos Trabalhadores (FIT-U) até os distintos setores do peronismo que se unificaram

detrás da convocatória da CGT de derubada do DNU e da "lei ônibus".

Desde o anúncio, ao final de dezembro, da paralisação para barrar os "pacotes" de Milei, a CGT e a CIA dos Trabalhadores obtiveram na Justiça a suspensão das medidas trabalhistas neles embutidas.

A cada dia que passa novos setores, movimentos e organizações somam-se à preparação do 24 de janeiro, que se anuncia com muita força, pois aumenta a consciência que as medidas de ataque à economia popular, aos direitos sociais e trabalhistas, as privatizações, vem acompanhadas da tentativa de impor um "regime de exceção", que concentraria o poder na presidência da República até 2025, podendo ser estendido até o final do mandato de Milei.

A mobilização por baixo

Assembleias em todos os sindicatos

das três centrais em todas as províncias, reuniões com parlamentares para rechaçar os "pacotes", movimentos populares - mulheres, "piqueteros", moradores, estudantes - que se preparam para ajudar na paralisação geral, é o clima social na Argentina faltando poucos dias para o "paro".

Na capital federal e província de Buenos Aires começaram a surgir assembleias populares nos bairros que preparam a greve geral e discutem a sua continuidade.

Em 13 de janeiro, no parque Centenario em Buenos Aires, ocorreu um segundo encontro da "Assembleia das assembleias" com 400 participantes onde falaram 30 representantes de assembleias de bairros. A mesma dinâmica de organização por baixo iniciou-se também nas demais províncias.

Nessa mobilização por baixo, além da derrubada pelo Congresso do

DNU, da "lei ônibus" e do protocolo de repressão baixado pelo governo Milei, aparecem exigências tais como: suspensão do pagamento da dívida externa e anulação do acordo com o FMI; para combater a inflação, congelamento de preços de alimentos, energia e transporte; recuperação da soberania sobre os bens comuns e controle do comércio exterior; recuperação imediata de salários e aposentadorias, contra as demissões, a lei de aluguéis e os despejos.

Claro está que tais demandas só serão possíveis com uma derrota contundente do governo Milei. Em 24 de janeiro terá início um processo de luta decisivo para o futuro imediato da Argentina.

Todo apoio e solidariedade internacional à luta do povo trabalhador argentino!

Julio Turra